

# Diário do Legislativo de 02/07/2002

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATAS

## ATAS

### ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 85/2002

Às dez horas do dia dois de abril de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elaine Matozinhos, Luiz Tadeu Leite e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão, e que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida a Deputada Elaine Matozinhos para atuar como escrutinadora. Realizada a votação, são eleitos, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente, os Deputados Luiz Tadeu Leite e Marco Régis. Em seguida, o Presidente "ad hoc" empossa o Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, que assume a direção dos trabalhos e designa a Deputada Elaine Matozinhos como relatora da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, esclarece que a próxima reunião será convocada por edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2002.

Luiz Tadeu Leite, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - João Leite.

### ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial da Lista de Assinantes

Às quinze horas do dia vinte e dois de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Kangussu, Agostinho Silveira, Cabo Morais e Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Silveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos dos convidados sobre o assunto objeto da Comissão. A seguir, registra a presença do Sr. Fernando Antônio França Pádua e da Sra. Rosa Maria Silvestre, Gerente Regional e Gerente de Defesa da Competição da ANATEL, respectivamente. O Presidente tece suas considerações iniciais sobre possíveis irregularidades na publicação da Lista de Assinantes da TELEMAR. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições.

Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Irani Barbosa em que solicita ao CADE a imediata instauração de procedimentos administrativos para suspender a cobrança do serviço 102 da concessionária TELEMAR; e Agostinho Silveira solicitando que sejam tomadas as providências visando à transformação da Comissão Especial em comissão parlamentar de inquérito. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2002.

Márcio Kangussu, Presidente - Agostinho Silveira, relator - Eduardo Hermeto - Aílton Vilela.

#### ATA DA 104ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia dezoito de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Geraldo Rezende, Aílton Vilela, Durval Ângelo, Sávio Souza Cruz e Paulo Piau (substituindo este ao Deputado Eduardo Hermeto, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Joaquim Garcia Morato Filho, Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, encaminhando moção de apoio às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para emitirem parecer favorável ao projeto de lei que trata da carreira e dos cargos dos servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.192, 2.196, 2.204 e 2.210/2002 (Deputado Agostinho Silveira); 2.191, 2.194, 2.198, 2.206 e 2.211/2002 (Deputado Eduardo Hermeto); 2.195, 2.202, 2.203 e 2.208/2002 (Deputado Sávio Souza Cruz); 2.193, 2.197, 2.205 e 2.209/2002 (Deputado Aílton Vilela); 2.200/2002 (Deputado Durval Ângelo); 2.189 e 2.215/2002 (Deputado Geraldo Rezende); 2.188, 2.190, 2.199, 2.201, 2.207 e 2.212/2002 (Deputado Ermano Batista). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Agostinho Silveira, que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei Complementar nº 41/2001 com as Emendas nºs 1 a 20, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Sávio Souza Cruz. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.968/2002, no 1º turno, (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição) deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator. O Projeto de Lei nº 2.160/2002 é retirado de pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Aílton Vilela, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela Constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.171/2002 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.186/2002 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Durval Ângelo). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela legalidade dos Projetos de Lei nºs 133/99 (relator: Deputado Aílton Vilela); 1.657 e 1.966/2001, ambos com a Emenda nº 1, e 2.130/2002 (relator: Deputado Ermano Batista). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Geraldo Rezende, o qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei nº 2.215/2002, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Ermano Batista. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2002.

Geraldo Rezende, Presidente - Aílton Vilela - Eduardo Hermeto - Sávio Souza Cruz - Ermano Batista.

#### ATA DA 91ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Às quinze horas do dia dezoito de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marco Régis, Aílton Vilela e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marco Régis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nº 3.383, 3.388, 3.392, 3.400, 3.401 e 3.402/2002. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2002.

Aílton Vilela, Presidente - João Leite - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos Criminosos Organizados, nos Esquemas de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal

Às quinze horas e cinco minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Dilon Melo, Alberto Bejani e Irani Barbosa (substituindo este ao Deputado Luiz Menezes, por indicação da Liderança do BPDP), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Amílcar Martins. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o depoimento de Francisco de Paula Filho, detento do CERESP de Ipatinga. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir o depoimento do intimado supracitado, o qual é convidado a tomar assento a mesa. Logo após, o intimado presta seu depoimento e responde a perguntas feitas pelos Deputados presentes, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2002.

Ermano Batista, Presidente - Alberto Bejani - Irani Barbosa - Luiz Tadeu Leite.

#### ATA DA 99ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dilzon Melo, Dinis Pinheiro e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ambrósio Pinto, Arlen Santiago e Cristiano Canêdo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a obter esclarecimentos sobre a atual situação em que se encontram as obras de recuperação da BR-135, que estão sendo executadas com recursos financeiros provenientes de financiamento do Banco Mundial e sobre denúncias de irregularidades na emissão de multas, conforme publicação feita pelo jornal "Estado de Minas" na edição do dia 25 de maio último e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Antônio Demétrio Bassili, Diretor-Geral do DER-MG, indicando o Diretor de Operação de Via, Fernando Antônio Costa Janotti, e o engenheiro Anderson de Souza Lima Novaes, para representá-lo na reunião; ofício do Sr. Jamil Habib Curi, Diretor da Construtora Pavisán, agradecendo convite e justificando sua ausência na reunião. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.062/2002 (Deputado Diniz Pinheiro); Projeto de Lei nº 2.099/2002 (Deputado Gil Pereira); Projeto de Lei Complementar nº 49/2001 (Deputado Irani Barbosa). Na oportunidade, o Presidente verifica a inexistência de quórum para apreciação da matéria constante na pauta e destina essa parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Reinaldo Alves da Costa Neto, Diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre -ANTT -; Alexandre Pires Ramos, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros; Anderson de Souza Lima Novaes, engenheiro do DER-MG, representando o Sr. Antônio Demétrio Bassili, Diretor-Geral do DER-MG; Álvaro Campos de Carvalho, Chefe de Serviço de Minas Gerais do DNER, em extinção, representando o Sr. José Elcio Santos Monteze, Coordenador da 6ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre do DNIT, Antônio Henrique Sarpori, Presidente do Sindicato das Empresas de Carga do Norte de Minas; ex-Deputado Roberto Amaral, representante da classe rural do Norte de Minas, e os Vereadores do Município de Curvelo Edson Eugênio Silva e Maurício Magalhães, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Arlen Santiago e Diniz Pinheiro, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2002.

Dilzon Melo, Presidente.

#### ATA DA 29ª REUNIÃO Extraordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Edson Rezende e Luiz Menezes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Menezes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Prosseguindo, passa a presidência ao Deputado Edson Rezende e apresenta requerimento solicitando a realização de audiência pública para debater a situação dos locadores de veículos para transporte coletivo interestadual. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Presidente reassume a direção dos trabalhos e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Luiz Menezes - Eduardo Brandão.

#### ATA DA 19ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Registra-se, também, a presença do Deputado José Braga. A Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os problemas causados pelo Colégio Opção, que ministrou cursos, sem o devido reconhecimento legal por parte das autoridades estaduais de ensino, a alunos da Região Norte de Minas, e comunica o recebimento de ofício da Sra. Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira, Diretora da Superintendência de Organização Educacional, justificando a sua ausência nesta audiência pública. A Presidente acusa o recebimento, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.158 e 2.186/2002, para os quais designou como relator o Deputado Doutor Viana. Registra-se a presença dos Srs. Severino Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal de São Francisco; Vereador Luiz Rocha Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Francisco; Geraldo Magela, Secretário de Educação do Município de São Francisco; José Vinicius Botelho, Secretário de Educação do Município de Icarai de Minas; Ricardo Lopes Mendes, Inspetor da 17ª Superintendência Regional de Ensino de Januária; Maria da Conceição Mendonça Silva, Presidente da Mantenedora do Colégio Opção; e José Ursulino Mendes de Matos, aluno do Colégio Opção, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, Deputada Maria José Haueisen, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos Deputados presentes e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2002.

Doutor Viana, Presidente - João Paulo - Agostinho Patrús.

#### ATA DA 39ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Amílcar Martins, Cristiano Canêdo e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Edson Rezende. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cristiano Canêdo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Amílcar Martins, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante no edital de convocação. O Deputado José Henrique, mediante solicitação do Presidente, lê ofício do Presidente da Câmara Municipal de Passos encaminhando ofício dirigido ao Governador do Estado em apoio à pauta de reivindicação dos professores públicos estaduais. O Presidente informa que, no dia 19 do corrente, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Antônio Carlos Andrada foram designados para relatarem no 2º turno, respectivamente, os Projetos de Lei n.ºs 1.950 e 2.013/2002; e na oportunidade, designa os Deputados José Henrique e João Pinto Ribeiro para relatarem, respectivamente, os Projetos de Lei n.ºs 1.160/2000 e 2.130/2002. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da Emenda nº 3 ao Projeto de Lei nº 1.160/2002 na forma da Subemenda nº 1 (relator: Deputado José Henrique). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, os

Projetos de Lei nºs 2.082 (relator: Deputado Paulo Piau); 2.140 (relator: Deputado José Henrique) e 2.144/2002 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados dois requerimentos, sendo um do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita reunião para debater o tema "Educação é Mercadoria?"; e um do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita ao Ministro da Educação a transformação da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes em centro federal de educação tecnológica. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2002.

Paulo Piau, Presidente.

#### ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda À Constituição nº 87/2002

Às quinze horas do dia vinte de junho de dois mil e dois, comparecem na Câmara Municipal de Uberlândia os Deputados Elaine Matozinhos, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Geraldo Rezende (substituindo este ao Deputado Márcio Cunha, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elaine Matozinhos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, a pedido do Deputado Sargento Rodrigues, a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002, que altera o art. 137 da Constituição do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre a unificação da coordenação das atividades de segurança pública e dá outras providências, e outros projetos em tramitação nesta Casa relacionados com o tema. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002. Registra-se a presença do Sr. Geraldo Jabbur, Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia; do Cel. PM José Sebastião Alves de Aguiar, Comandante da 9ª Região da Polícia Militar de Uberlândia; do Ten.-Cel. Hermes Antônio Pereira, Comandante do 5º Batalhão de Bombeiros Militar; da Sra. Maria Luíza Santana Assunção, Diretora do Foro da Comarca de Uberlândia; do Srs. Gilmar de Freitas Souza, Delegado de Polícia; João Augusto de Freitas, Secretário Municipal de Planejamento Participativo, e Alexandre Berquó Dias, Prefeito Municipal de Tupaciguara e Presidente da Associação Microrregional do Vale do Paranaíba - AMVAP-, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2002.

Márcio Cunha, Presidente - Sargento Rodrigues.

#### ATA DA 90ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dezesseis horas do dia vinte de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Gil Pereira e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Irani Barbosa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.979/2002, no 2º turno, 1.762/2001 e 2.104/2002, no 1º turno (Deputado Luiz Fernando Faria); 2.003, 2.179 e 2.050/2002, no 1º turno (Deputado Dilton Melo); 2.089/2002, no 1º turno, e 518/99, no 2º turno (Deputado Rêmoló Aloise); 1.608/2001, no 1º turno (Deputado Ivair Nogueira); e 2.148/2002, no 1º turno, e 1.936/2002, no 2º turno (Deputado Mauro Lobo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.148/2002, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do Deputado Rêmoló Aloise. Na fase de votação, é aprovado o parecer, para o 1º turno, do relator, Deputado Mauro Lobo, que conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 2, sendo rejeitada a Proposta de Emenda nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Rêmoló Aloise - Arlen Santiago - Ivair Nogueira - Dalmo Ribeiro Silva.

#### ATA DA 97ª REUNIÃO Ordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Menezes e Eduardo Brandão (substituindo este ao Deputado Paulo Pettersen, por indicação da Liderança do PL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Menezes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.384/2001 com a Emenda nº 1; 2.073/2002, 2.155/2002 com a Emenda nº 1 (relator Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.909/2001, 2.150, 2.151/2002, 2.152/2002, com a Emenda nº1; 2.162/2002 com a Emenda nº1 (relator: Deputado Luiz Menezes); 2.154, 2.156, 2.157, 2.164, 2.166/2002, 2.168/2002 com a Emenda nº 1, 2.173, 2.174, 2.178/2002. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 26/6/2002, às 15 horas, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre emenda apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 926/2000, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Rêmoló Aloise.

#### ATA DA 54ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de redação

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Aílton Vilela e João Leite (substituindo este à Deputada Elaine Matozinhos, por indicação da Liderança do PSB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da

aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui ao Deputado Aílton Vilela os Projetos de Resolução nºs 2.024, 2.083/2002 e os Projetos de Lei nºs 513/99, 1.078, 1.090, 1.155, 1.255, 1.262/2000, 1.453, 1.679, 1.707, 1.743, 1.871, 1.926/2001, 1.934/2002, 1.071/2000, 1.339, 1.529, 1.659, 1.757, 1.867, 1.891/2001, 2.034, 2.035/2002 e ao Deputado João Leite, os Projetos de Lei nºs 2.037, 2.038, 2.039, 2.065, 2.081, 2.085, 2.092, 2.094, 2.100, 2.114, 2.118, 2.123, 2.128, 2.138/2002. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 2.024, 2.083/2002 e dos Projetos de Lei nºs 513/1999, 1.078, 1.090, 1.155, 1.255, 1.262/2000, 1.453, 1.679, 1.707, 1.743, 1.871, 1.926/2001, 1.934/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre matéria de deliberação conclusiva da Comissão. Submetido a discussão e a votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.071/2000, 1.339, 1.529, 1.659, 1.757, 1.867, 1.891/2001, 2.034, 2.035/2002 (relator: Deputado Aílton Vilela) e 2.037, 2.038, 2.039, 2.065, 2.081, 2.085, 2.092, 2.094, 2.100, 2.114, 2.118, 2.123, 2.128, 2.138/2002 (relator: Deputado João Leite). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2002.

Aílton Vilela, Presidente - João Leite - Chico Rafael.

#### ATA DA 24ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às dezesseis horas do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dois, comparece no auditório da CREDINOVA, na cidade de Nova Serrana, o Deputado Dilzon Melo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Marcelo Gonçalves. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar da recuperação da BR-494 no trecho compreendido entre Divinópolis e a BR-262 - Pitangui e a MG-252 que liga a BR-494 aos Municípios de Perdigoão e Araújos e comunica o recebimento da seguinte correspondência: comunicado do Sr. Joel Camilo, Vice-Prefeito de Nova Serrana, justificando sua ausência na reunião. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Joel Pinto Martins, Prefeito Municipal de Nova Serrana; Deputado Federal Jaime Martins; Constantino Dimitrios Bilabis Neto, Prefeito Municipal de Perdigoão; Antônio Donizett Rezende, da Regional do DER-MG de Pará de Minas, representando o Cel. Antônio Demétrio Bassili, Diretor-Geral do DER-MG; Sílvio Duarte Melo, da Regional de Oliveira, e Tarcísio Araújo Anunciação, da Regional de Bom Despacho, representantes do Sr. José Elcio Santos Montese, Chefe da Agência Regional de Transporte Terrestre em Minas Gerais; e José Carlos de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Nova Serrana, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Marcelo Gonçalves, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2002.

Dilzon Melo, Presidente - Bilac Pinto - Márcio Kangussu.

#### ATA DA 59ª REUNIÃO Ordinária da comissão de redação

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, João Leite e Chico Rafael (substituindo os dois últimos aos Deputados Elaine Matozinhos e Dimas Rodrigues, por indicação das Lideranças do PSB e PMDB, respectivamente), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Aílton Vilela, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e distribui ao Deputado Chico Rafael os Projetos de Lei nºs 799/2000, 1.833/2001, 1.936/2002 e ao Deputado João Leite, os Projetos de Lei nºs 1.969 e 2.017/2002. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 799/2000, 1.833/2001, 1.936/2002 (relator: Deputado Chico Rafael) e 1.969, 2.017/2002 (relator: Deputado João Leite). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Cristiano Canêdo - Chico Rafael.

#### ATA DA 30ª REUNIÃO Extraordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Djalma Diniz e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rêmoló Aloíse. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 926/2002, na forma da Subemenda nº 1, no 1º turno (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva transfere a direção dos trabalhos ao Deputado Durval Ângelo e apresenta requerimento em que solicita seja enviado ofício ao Ministro de Estado da Previdência Social para que receba em audiência os representantes da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações da cidade de Santa Rita do Sapucaí, com o objetivo de discutir a situação da filantropia dessa instituição. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, e cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Luiz Menezes.

#### ATA DA 53ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Às dezesseis horas do dia vinte e seis de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Sebastião Navarro Vieira, Cristiano Canêdo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.148/2002, na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Eduardo Brandão). Na fase de discussão do parecer, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, na condição de Presidente da reunião, deixa de receber proposta de emenda do Deputado Rogério Correia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 27/6/2002, às 14h30min, destinada a apreciação do parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 1.759/2001, do Governador do Estado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2002.

Eduardo Brandão, Presidente - Durval Angelo - Cristiano Canêdo - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

#### ATA DA 31ª REUNIÃO Extraordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Luiz de Menezes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a situação dos locadores de veículos para transporte coletivo interestadual. Registra-se a presença dos Srs. Marco Paulo Viana, proprietário da empresa Viana Vans; Angel Martinez, Assessor da Diretoria de Projetos Especiais da BHTRANS; Renata Monteiro e Luciana Mascarenhas, Gerente e Advogada do Sindicato das Locadoras de Automóveis do Estado de Minas Gerais -SINDLOC-, respectivamente, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que motivou a reunião, o Presidente tece considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2002.

Edson Rezende, Presidente.

### ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 375ª reunião ordinária, EM 2/7/2002

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2001, do Deputado Cabo Morais, que altera o art. 39 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 68/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2000, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 239 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido no 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que determina a contagem do tempo

dos militares excluídos da PMMG, em virtude do movimento reivindicatório de junho de 1997, nos termos que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.528/2001, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre o tratamento dos casos de hipotireoidismo congênito e de fenilcetonúria diagnosticados precocemente. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.783/2001, do Governador do Estado, que revoga a Lei nº 13.162, de 20/1/99. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 518/99, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.276/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que torna obrigatória a afixação de placas de sinalização informando a presença de "pardais" a partir de 200m. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.010/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vermelho Novo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.043/2002, do Governador do Estado, que altera a redação de dispositivos da Lei nº 12.836, de 21/5/1998. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Turismo e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 2, também apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.087/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a celebrar contrato de concessão remunerada para uso de espaço físico em imóveis de propriedade do Estado para fins de propaganda. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.742/2001, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira Dourada o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.759/2001, do Governador do Estado, que fixa jornada de trabalho para os segmentos de classes que menciona do Quadro Especial da Secretaria da Saúde - Anexo nº I-0, de que trata o Decreto nº 36.033, de 14/9/94, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 98ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 2/7/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.069/2002, do Deputado José Henrique; 2.149/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.165/2002, da Deputada Maria José Haueisen; 2.180/2002, do Deputado Djalma Diniz; 2.185/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos Criminosos Organizados, nos Esquemas de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal, a realizar-se às 15 horas do dia 2/7/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 60ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 3/7/2002

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 2/7/2002, destinada ao prosseguimento do Seminário Legislativo Águas de Minas II.

Palácio da Inconfidência, 1º de julho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

### Edital de Convocação

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 2/7/2002, em homenagem ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

Palácio da Inconfidência, 1º de julho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Anderson Aduino, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/7/2002, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, em 2º turno, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 518/99, do Deputado Paulo Piau e 1.623/2001, do Deputado Durval Ângelo, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Conjunta das Comissões de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eduardo Brandão e Hely Tarquínio, pela Comissão de Administração Pública; Marco Régis e Aílton Vilela, pela Comissão de Ssuntos Municipais; Geraldo Rezende e Agostinho Silveira, pela Comissão de Constituição e Justiça; Maria José Haueisen e João Paulo, pela Comissão de Defesa do Consumidor; Márcio Kangussu e Marcelo Gonçalves, pela Comissão de Direitos Humanos; Paulo Piau e Amílcar Martins, pela Comissão de Educação; José Milton e Fábio Avelar, pela Comissão de Meio Ambiente; João Batista de Oliveira e Chico Rafael, pela Comissão de Política Agropecuária; Cristiano Canedo e José Braga, pela Comissão de Saúde; Arlen Santiago e Bilac Pinto, pela Comissão de Transporte; Maria Olívia e Gil pereira, pela Comissão de Turismo, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno; Ivair Nogueira, Anderson Aduino, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmoló Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões a serem realizadas em 2/7/2002, às 10h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.176/2002, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2003 e dá outras providências, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Conjunta das Comissões de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eduardo Brandão e Hely Tarquínio, pela Comissão de Administração Pública; Marco Régis e

Aílton Vilela, pela Comissão de Constituição e Justiça; Geraldo Rezende e Agostinho Silveira, pela Comissão de Constituição e Justiça; Maria José Haueisen e João Paulo, pela Comissão de Defesa do Consumidor; Márcio Kangussu e Marcelo Gonçalves, pela Comissão de Direitos Humanos; Paulo Piau e Amílcar Martins, pela Comissão de Educação; José Milton e Fábio Avelar, pela Comissão de Meio Ambiente; João Batista de Oliveira e Chico Rafael, pela Comissão de Política Agropecuária; Cristiano Canêdo e José Braga, pela Comissão de Saúde; Arlen Santiago e Bilac Pinto, pela Comissão de Transporte; Maria Olívia e Gil Pereira, pela Comissão de Turismo, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno; Ivair Nogueira, Anderson Adauto, Antônio Carlos Andrada, Dilton Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmoló Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões a serem realizadas em 3/7/2002, às 10 e às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar, em turno único, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.176/2002, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2003 e dá outras providências.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer PARA TURNO ÚNICO do Projeto de Lei Nº 2.130/2002

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado José Braga, o projeto de lei em análise tem por objetivo dar a denominação de José Geraldo de Melo à Escola Estadual Almansor de Souza Rabelo, situada no Município de Arcos.

Encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, a proposição recebeu parecer preliminar favorável quanto aos aspectos jurídicos, constitucionais e legais e chega agora a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

A denominação de próprios públicos, não sendo assunto de competência privativa da União ou do município, pode ser objeto de ordenamento jurídico por parte de quaisquer das entidades componentes do sistema federativo. Portanto, o Estado membro é constitucionalmente autônomo para editar normas sobre o assunto em tela.

Sob a égide da Lei nº 13.408, de 21/12/99, que estabelece algumas normas a serem seguidas quando do ato de denominar os bens públicos, entendemos que a figura do homenageado, que se quer para nomear a Escola Estadual Almansor de Souza Rabelo, foi de relevância no trato da educação, no Município de Arcos.

Dotado de muita simplicidade, pela infância humilde e sofrida, José Geraldo de Melo soube empreender uma vida de trabalho, honestidade e bondade. Pela inteligência, conseguia uma visão da realidade e dos acontecimentos mundiais, o que o levava a embates pelo bem comum, desenvolvimento e progresso daquela comunidade.

Vereador na década de 1950, teve como objetivo maior a educação. Cedeu não só um terreno para construção e implantação de escola, como forneceu recursos para construí-la, desde o lançamento da pedra fundamental até o término das obras.

Em vista disso, segmentos representativos de Arcos, em reunião realizada em 22/3/2002, na Escola Estadual Almansor de Souza Rabelo, homologou, por unanimidade, a indicação do nome José Geraldo de Melo para denominação daquela unidade de ensino, como homenagem e reconhecimento a essa pessoa ilustre e de raras qualidades. E a Secretaria de Estado da Educação, em nota técnica, não encontrando naquele município próprio público com a denominação ora proposta, também referendou a iniciativa.

Verificadas as exigências estabelecidas em lei e nada havendo que impeça a sua tramitação nesta Casa, concordamos com a alteração do nome da Escola Estadual Almansor de Souza Rabelo para Escola Estadual José Geraldo de Melo.

Conclusão

Pelos motivos expostos, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.130/2002 na forma original.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2002.

João Pinto Ribeiro, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.163/2002

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

O projeto de lei em análise, do Deputado Edson Rezende, objetiva declarar de utilidade pública a Associação Barbacenense de Proteção aos Animais, com sede no Município de Barbacena.

Examinado o projeto preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 102, VIII, c/c o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

## Fundamentação

A referida Associação é uma entidade civil sem fins lucrativos, e exerce importante papel na defesa do meio ambiente em Barbacena e região.

Entre as suas várias iniciativas, podemos citar: o controle populacional de animais no perímetro urbano; a luta contra as queimadas, o aprisionamento de animais silvestres, a caça irregular, a pesca predatória e os desmatamentos. Garante, dessa forma, um ambiente ecologicamente equilibrado.

Além do mais, presta ao Município de Barbacena relevante serviço no que tange à saúde pública, com campanhas de adoção e castração de animais, as quais buscam reduzir o número de espécies que andam à solta, susceptíveis de ocasionar a proliferação de doenças.

## Conclusão

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.163/2002 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2002.

Fábio Avelar, relator.

## Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.210/2002

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

## Relatório

O Projeto de Lei nº 2.210/2002, do Deputado João Leite, pretende declarar de utilidade pública o Esporte Clube Ginástico, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Dando prosseguimento à tramitação, compete a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

## Fundamentação

O Esporte Clube Ginástico tem por objetivo fomentar a prática de esportes de competição, e de lazer; estimular a implantação de novas atividades esportivas e incrementar a educação física, moral e cívica; promover eventos culturais e sociais; colaborar em campanhas filantrópicas, assistenciais e de interesse público; promover intercâmbio com outros clubes que promovem o esporte amador.

É relevante mencionar que ele protagonizou diversas glórias para o desporto mineiro e nacional, especialmente no basquetebol, handebol e voleibol.

O meritório trabalho que a entidade empreende nos leva a desejar conceder-lhe o título declaratório de utilidade pública.

## Conclusão

Diante do relatado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.210/2002 na forma proposta.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2002.

João Pinto Ribeiro, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 19/6/2002

A Deputada Maria José Haueisen\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores que nos acompanham, queria comentar o que vi, durante esses dias em que andei pelo vale do Jequitinhonha, através de palestras, reuniões e trabalhos. Foi, com muito prazer, que constatei no vale do Jequitinhonha o interesse do povo pelo meio ambiente. Ao passar por Virgem da Lapa, encontrei, numa comunidade rural, as alunas da Escola Estadual São Domingos fazendo uma "blitz" ecológica no dia do meio ambiente. Distribuíam, com o apoio da Polícia Rodoviária, panfletos às pessoas que passavam, a fim de conscientizá-las da necessidade da conservação do meio ambiente.

Neste final de semana, estivemos em Medina e visitamos uma feira agrícola, em que foram apresentados produtos oriundos dos assentamentos e da Escola Família Agrícola Bom Tempo de Itaobim.

Constater, também, os resultados de um seminário realizado em Medina, sobre as águas de Minas, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse trabalho chamou minha atenção pela criatividade e importância. A Presidente do Sindicato, Eva, mobilizou os trabalhadores rurais, a fim de que fizessem estudos sobre as nascentes das águas na região e naquele município. Durante dois anos, fizeram levantamentos dos nomes e locais das nascentes, estudaram as vegetações que favorecem e as que prejudicam as nascentes. Realizaram, também, estudos sobre as águas, classificando-as em puras, límpidas, potáveis e amarelas.

Com o apoio da Universidade de Lavras, sistematizaram a pesquisa e a encaminharam para Salvador, onde disputaram com 115 participantes um concurso sobre meio ambiente. Conseguiram o primeiro lugar com a pesquisa realizada, o que demonstrou o interesse dos trabalhadores rurais e do Sindicato de Medina. Receberam o prêmio de R\$20.000,00. Muito mais importante que esse valor, que é bom, é o seu simbolismo, que reflete a necessidade e o reconhecimento de um trabalho tão importante, realizado por trabalhadores rurais que se preocupam com a preservação das águas e do meio ambiente.

Na praça da cidade, expuseram o resultado das pesquisas, distribuíram apostilas sobre o estudo feito e ofereceram aos interessados um vidrinho de água. Os jovens, filhos de trabalhadores rurais, disseram que era água benta. A moça que me entregou o vidrinho disse: "água benta que simboliza tudo que é sagrado". Graças a Deus, ninguém queria fazer milagres, salvar vidas com água benta. O mais importante era o simbolismo: tudo que é sagrado merece nosso respeito. Por isso, estavam distribuindo os vidrinhos daquela água que simbolizava o respeito que devemos ter para com as águas de Minas.

A Assembléia Legislativa se mobiliza, prepara o seminário Águas de Minas II, interioriza esse movimento, conscientiza as pessoas, trabalha para o brilhantismo e importância do seminário, a fim de que saibamos defender as águas de Minas, reconhecer o seu valor.

Somente a ação é coerente. Lamento, mais uma vez, a aprovação, por esta Casa, de emenda que pretende acabar com o Tombo da Fumaça, a cachoeira paisagística de Salto da Divisa, no limite de Minas com a Bahia. Qual é o objetivo dessa emenda? Favorece Minas Gerais? Não. Favorece a Odebrecht, interessada em ampliar o lago de captação das águas de Minas, a fim de beneficiar sua usina elétrica, localizada na Bahia. Conseqüentemente, gerará ICMS para aquele Estado.

Queremos progresso para a Bahia, para Minas Gerais, para todo lado, mas não o progresso que venha a qualquer custo.

Mais ainda: entendemos que a maneira como aquela emenda foi apresentada é um verdadeiro golpe a esta Casa. O projeto estava tramitando em 2º turno, e a emenda chegou ao Plenário sem parecer, com a discussão encerrada e, o que é grave, sem acordo de Lideranças. Foi um golpe, uma traição, considerando-se que é condição "sine qua non" para que emenda seja apresentada em 2º turno que haja acordo de Lideranças; e não houve esse acordo.

Sr. Presidente, V. Exa. acompanhou esse fato, estava aqui no dia em que o projeto foi apresentado e a emenda aprovada num vapt- vapt. Em poucos segundos uma lei, que levou dois anos sendo discutida, sendo comentada, recebeu emenda que foi aprovada, e cuja revogação já foi proposta.

Nesse dia, eu estava em Itaobim, acompanhando o seminário sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Absolutamente não culpo os Deputados que estavam neste Plenário, uma vez que a emenda foi apresentada só na base de números: Emenda nº 1 ao Projeto nº 901, que revoga a Lei nº 13.370. Ora, ninguém tem numeração na cabeça, ninguém sabe de cor números ou coisas dessa natureza. Então, não culpo absolutamente aqueles que votaram inadvertidamente e que aprovaram a lei que estava sendo apresentada. Mas lamento o desrespeito a esta Casa, ao Presidente, que, segundo me disse, também foi enganado, já que acreditou que havia um Acordo de Lideranças.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)\* - Quero cumprimentar V. Exa. e dizer-lhe que concordo com sua preocupação. Acho que tem que entrar com questão de ordem em relação a essa situação.

O que V. Exa. traz é gravíssimo. Confesso que também não tinha conhecimento desse assunto e, portanto, também me julgo enganado na votação dessa matéria. Por isso, V. Exa. deve entrar com questão de ordem, pois terá o apoio, tenho certeza, da maioria dos membros desta Casa.

Parabéns a V. Exa. por trazer à tona essa questão.

A Deputada Maria José Haueisen\* - Obrigada, Deputado Márcio Cunha, pelo apoio e pela observação.

Logo na segunda-feira, quando cheguei aqui, fui alertada de que a lei estava correndo o risco de ser revogada. Assim, apresentei questão de ordem à Mesa, fiz pedido ao Presidente para que não aceitasse, não acatasse e considerasse nula aquela votação. Até agora só recebi resposta verbal, mas estou renovando ao Presidente desta Casa, ao Deputado Antônio Júlio, o meu pedido e gostaria que a resposta fosse dada de maneira oficial, escrita, até porque é prerrogativa do Presidente da Casa responder a questões de ordem dessa natureza.

O Presidente foi traído, toda a Assembléia foi traída e enganada. Quando é que a Assembléia Legislativa vai se livrar de tais problemas? Enquanto a Assembléia Legislativa busca democratizar, proibindo os "Frankensteins"; enquanto a Assembléia Legislativa melhora o Regimento para que emendas de última hora não sejam apresentadas em 2º turno, alguém interessado em favorecer a Odebrecht dá uma rasteira covarde neste Plenário, engana a Mesa Diretora e tudo fica por isso mesmo.

O Presidente tem a prerrogativa de anular aquela votação, pois trouxe vício de origem. Se não receber a resposta do Presidente da maneira que espero que venha, se não for atendida nesse direito, encaminharei representação ao Ministério Público, pedindo seja movida ação judicial contra a Assembléia Legislativa pela inconstitucionalidade do dispositivo incluído no Projeto de Lei nº 921, por meio da Emenda nº 1. Isso será muito desagradável para nós. Será com constrangimento e pesar que eu, membro deste parlamento, serei obrigada a fazer representação junto ao Ministério Público para que fatos dessa natureza não se repitam nesta Casa. A Assembléia Legislativa merece respeito, tem que zelar pela democracia, pelo que é decidido aqui, pela lei que ela mesma propõe, por intermédio da Constituição, usando o Regimento Interno desta Casa, que pede seja feito acordo de Lideranças quanto a uma emenda apresentada de última hora.

Não nos preocupa o lucro econômico da Odebrecht, gostaríamos que a empresa ganhasse bastante dinheiro, que a Bahia também enriquecesse, mas não à custa do prejuízo econômico de Salto da Divisa, ao perder turistas que iam até lá contemplar a beleza do Topo da Fumaça; não à custa do patrimônio paisagístico garantido por lei, só porque há interesse em defender a Odebrecht.

Considero um desrespeito a esta Casa, à sociedade, à democracia e não vamos parar enquanto não empregarmos todos os recursos para que isso seja resolvido da melhor maneira possível.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)\* - Deputada Maria José Haueisen, quero me aliar a sua defesa, porque o que está em jogo é uma questão de lei, questão democrática que envolve esta Casa. Estamos preocupados não só com o problema paisagístico, mas com os impactos ambientais que as modificações feitas no projeto poderão trazer para a Cachoeira da Fumaça e a região. Não há estudo claro sobre os impactos ambientais causados na atmosfera e, enfim, em todo o planeta, pela construção de grandes barragens. À medida que estas se multiplicam, é preciso que sejam feitos estudos mais adequados a respeito. O mais importante é preservar a população que está ali e que depende do turismo

trazido por essa cachoeira.

Em Minas Gerais, estamos defendendo até mesmo a beleza das cachoeiras, não podemos permitir que acabem, o que seria contradição para Estado com tamanha riqueza natural, ecológica e ambiental, e as cachoeiras fazem parte da paisagem mineira, que é peculiar. Minas Gerais tem o maior número de cachoeiras do País e temos que preservá-las. Parabéns pelo seu pronunciamento.

A Deputada Maria José Haueisen - Deputado Edson Rezende, muito obrigada por sua compreensão e apoio à nossa luta, que é de todos os ambientalistas.

Quero pedir ao Deputado Wanderley Ávila - que conhece bem o assunto, porque foi vítima da traição cometida nesta Casa, uma vez que presidia a reunião naquele momento - que leve nosso apelo ao Deputado Antônio Júlio, que tem a prerrogativa de considerar nula aquela emenda. Já recebi sua resposta verbal de que conversou com alguns Deputados, mas não são Deputados que poderão anular aquela emenda, isso é competência do Presidente desta Casa.

Espero não precisar ter o desprazer de fazer representação ao Ministério Público para que esse fato seja resolvido. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para me pronunciar sobre a candidatura do Deputado Aécio Neves ao Governo do Estado. Sabe-se que um bom tronco não produz, invariavelmente, bons sólidos. Pode acontecer, por vezes, que a natureza se extravie, e que da origem castiça nos cheguem frutos insossos. Mas a essa exceção sobrepõe-se uma regra sobejamente confirmada pelo Deputado Aécio Neves, hoje saudado como nosso candidato ao Governo de Minas Gerais: do tronco reto e vigoroso afloram ramificações não menos robustas. Porque Aécio, desde muito jovem, fez jus à tradição familiar dos Neves e dos Cunhas, caracterizada pelo denodo na defesa da causa pública e, particularmente, do Estado de Minas Gerais.

Eis porque encontramos-nos especialmente motivados ao ocupar esta tribuna, para saudar o atual Presidente da Câmara dos Deputados como nosso candidato à chefia do Executivo mineiro. Mais que uma obrigação partidária, falamos com aquele entusiasmo de um mineiro que vê a decisão acertada pender pelo nome de outro mineiro, para responder pelo Palácio da Liberdade. E essa motivação em muito deriva da tradição e das raízes que conhecemos em nosso candidato.

Das vastidões do Nordeste de Minas chegaram-nos os Cunhas, entre eles o avô Tristão e o pai Aécio, para servir ao Brasil por longos e frutíferos anos. Das planícies onduladas dos Campos das Vertentes - e muito especificamente da histórica São João del-Rei - vieram-nos os Almeida Neves, entre eles o insigne avô Tancredo, que se projetou como uma das maiores personalidades da Era Republicana. Pois mais não diremos sobre esses homens que tanto contribuíram para a nacionalidade: preferimos fixar-nos no fruto dileto da progênie ilustre, o qual hoje escolhemos para candidato de nosso Partido ao Palácio da Liberdade.

A trajetória de Aécio Neves da Cunha na vida pública já é por demais conhecida, mas não custa lembrá-la, nesta ocasião de tanto significado. Eleito Deputado Federal pela primeira vez em 1987, cumpre atualmente seu quarto mandato, eleito, da última vez com 185 mil votos.

Hoje, com pouco mais de quarenta anos de idade, conta em seu currículo com a honra de ter sido Deputado Constituinte; líder do PSDB por quatro vezes consecutivas; membro de comissões permanentes da Câmara, como as de Orçamento e de Constituição e Justiça; e Presidente da Câmara dos Deputados.

Disposto a inaugurar na Câmara alta um novo tempo, recuperou a imagem daquele parlamento como foro de debates das grandes questões nacionais, em que a sociedade passou a ter, de fato, voz e vez. Ao dinamismo de seu programa juntou-se a independência de comportamento, ao questionar decisões do Executivo Federal, ao ouvir a sociedade em toda e qualquer circunstância, ao abolir o corporativismo parlamentar com o fim das imunidades. Partidariamente, registrou o inédito feito de consolidar o PSDB como maior bancada da Câmara, ao arremeter nada menos que 103 Deputados. Em bloco com o PTB, sua habilidade política elevou tal número para 127 parlamentares.

Economista, formado em 1984 pela PUC, Aécio Neves pôde e pode, como ninguém, avaliar as implicações econômicas no bem-estar e nas perspectivas dos cidadãos. Nesta época de globalização exacerbada e de crise permanente, é gratificante saber que Minas Gerais terá ao leme um timoneiro afeito às manhas e artimanhas do mar borrascoso da ordem econômica mundial.

Politicamente, não bastasse a Aécio ter tido mentores como o pai e os avós, teve ele, ainda muito jovem, a oportunidade de labutar no parlamento, ao lado de personalidades como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. Com a humildade que é típica dos inteligentes, o jovem brilhante soube aprender e dimensionar com as lições recebidas.

A grande verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que não conseguimos conter nosso entusiasmo ao saudar o Deputado Aécio Neves desta tribuna, no Palácio da Inconfidência, como nosso candidato ao Palácio da Liberdade. Não conseguimos esquecer a nova era que ele implantou na Câmara dos Deputados, cuja imagem resgatou e valorizou em prol da Nação brasileira. Não conseguimos esquecer sua breve passagem - por três dias apenas - pela Presidência da República, quando ele demonstrou postura atenta e discreta perante a opinião pública. Não podemos esquecer a personalidade hábil e afável, a capacidade de trabalho, a juventude bem direcionada para o ideal, a mineira convicção quanto aos valores democráticos. Não podemos esquecer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que Minas tem, em nosso candidato ao Executivo mineiro, um homem à altura do momento e do futuro. Não podemos esquecer, finalmente, que, em Aécio, temos um dos baluartes da genuína social-democracia, a ideologia que prioriza o social e reafirma o democrático.

Permita-nos, Deputado Aécio Neves da Cunha, que, como representante do povo mineiro nesta Casa, dirijamos-lhe a mensagem que sabemos ser deste povo: Minas reitera-lhe integral confiança, na certeza de que consolidará nossa terra como protótipo de desenvolvimento socioeconômico e de maturidade política. E esteja certo de que, como Chefe do Executivo, V. Exa. fará encurtar a distância entre o Palácio da Inconfidência e o Palácio da Liberdade, em termos de trabalho sadio e profícuo e de engrandecimento de Minas Gerais.

Queremos agradecer, sobretudo, por este momento de fortuna, em que o nosso candidato Aécio Neves lança-se com apoio amplo. Nosso entusiasmo é grande exatamente porque Minas encontra-se identificada com uma candidatura que conhece realmente os melindres e as mazelas, enfim, é um candidato que conhece as montanhas de Minas. Por isso, queremos reafirmar nossa confiança, em nome do PSDB, neste parlamento, dizendo, alto e bom som, que Aécio Neves é o nosso candidato, aberto a todo o tipo de apoio, apto a se transformar em um Governador que pode entender todas as dificuldades, buscando o entendimento através do diálogo e da dialética política, com o objetivo de encontrar a virtude para administrar a felicidade e o bem do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

## ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/6/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o art. 3º da Emenda Constitucional Federal nº 20, de 15/12/98, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.114, de 17/10/2001, que dá cumprimento ao disposto na Emenda à Constituição Estadual nº 49, de 13/6/2001, na forma da Decisão da Mesa de 17/10/2001, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 31/5/93, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 8/11/2001, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Francisco Ribeiro Viana, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cooperativa de Médicos Ginecologistas e Obstetras Ltda. - GINECOOP. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Dotação orçamentária: 3132. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2001

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2001

Data de julgamento das propostas de preços: 1º/7/2002.

Objeto: contratação de empresa para execução de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência e seus anexos.

Licitante vencedora: Engecom Engenharia e Comércio Ltda.

Belo Horizonte, 1º de julho de 2002.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

### ERRATAS

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.159/2000

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/1/2002, na pág. 17, col. 1, no art. 12, onde se lê:

"no máximo, trezentos terminais", leia-se:

"no máximo, trezentos terminais por estabelecimento".

LEI Nº 14.236, DE 26 DE ABRIL DE 2002

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 27/4/2002, na pág. 19, col. 4, no art. 12, onde se lê:

"no máximo, trezentos terminais", leia-se:

"no máximo, trezentos terminais por estabelecimento".

ATA DA 374ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 27/6/2002

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 29/6/2002, na pág. 49, col. 2, sob o título "Leitura de Comunicações", onde se lê:

"Requerimentos nºs 3.435 a 3.438/2002", leia-se:

"Requerimentos nºs 3.435 a 3.437/2002".